



**RELATÓRIO TÉCNICO GERAC Nº 43/2013**  
**PROCESSO COPAM: 01744/2004/001/2004**

**Empreendimentos:** Posto Novo Rio Ltda.  
**CNPJ:** 18.935.742/0001-74  
**Atividade:** Posto de Combustível  
**Endereço:** Rod. BR 381 – KM 715.5 – Zona Rural  
**Município:** Carmo da Cachoeira/MG  
**Referência:** Auto de Infração 01829/2004

<b>FEAM</b>	
Protocolo nº:	6029/14
Divisão:	Gerente
Mat.:	Visto



## 1- Introdução

Este relatório tem o objetivo de esclarecer os argumentos apresentados pelo autuado em recurso, relacionado à irregularidade "causar poluição ou degradação ambiental..." o qual alega que "o relatório de vistoria nem de longe concluiu, ou atestou, de forma técnica que o posto revendedor estaria poluindo ou degradando o meio ambiente" e que "o empreendimento realizou análise técnica sobre o passivo ambiental, contratando a idônea e reconhecida Manfer, que atestou a absoluta inexistência de qualquer degradação no estabelecimento". Por fim alega que "a administração não trouxe no bojo do relatório de vistoria e auto de infração dados suficientes para comprovar a ocorrência de poluição".

Objetiva também esclarecer quanto ao descumprimento da determinação contida na Deliberação Normativa COPAM 50/2001 conforme AI.

## 2- Discussão

Cabe primeiramente esclarecer que a autuação foi realizada com base na constatação visual, em vistoria, do derramamento de óleo diesel em parte do solo não impermeabilizado, conforme apresentado nos autos. Deste fato, entendeu o técnico do órgão ambiental que caberia autuação tipificada como "causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats".

Conforme a Política Nacional do Meio Ambiente entende-se por: degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente, e poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou





sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Os argumentos do recurso apresentados na fl. 102 tenta descaracterizar tecnicamente a infração alegando que "o relatório de vistoria nem de longe concluiu, ou atestou, de forma técnica, que o posto revendedor estaria poluindo ou degradando o meio ambiente". Ora a "forma técnica" alegada pela defesa é de que a área teria que passar por uma investigação ambiental para constatação de contaminação do solo e água subterrânea/superficial, em virtude do vazamento do óleo diesel, e consequentemente a comprovação do dano. No entanto, equivoca-se nos conceitos e no que expressamente está descrito na infração, "causar poluição ou degradação ambiental que resulte ou possa resultar...", quando é claro que o fato do derramamento do óleo diesel em área sem impermeabilização constituiu o dano ambiental, sendo ele poluição ou degradação ambiental. Portanto, somente pela constatação *in loco* da presença de substância química contaminante, no caso, óleo diesel, no solo sem devida impermeabilização, constitui a degradação, ou seja, condição adversa ao meio ambiente. Soma-se a isso o fato que independentemente de dano ambiental, caracterizado pela contaminação do solo e da água subterrânea/superficial, o fato de que a poluição pela substância contaminante, no ato do vazamento, poderia resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats, também caracteriza e tipifica a infração.

Também foi apresentada pela defesa a alegação de que não foi constatado dano ambiental pois os resultados dos laudos indicam que não foi constatada contaminação nas amostras de solo. O Relatório de Avaliação Ambiental Complementar realizado pela empresa de consultoria Manfer Serviços e Assessoria Ltda em Dezembro de 2007 (fl. 112 à fl. 146), apresenta que foi realizada a coleta de 03 amostras de solo, sendo duas delas na área de tanques (descarga). Não foi alcançado o nível da água subterrânea e, portanto, essa não foi avaliada. No estudo citado foi apresentado croqui com o sentido estimado do fluxo da água subterrânea e a distribuição dos pontos amostrados, ficando evidente que apenas 3 amostras de solo foram insuficientes para avaliar se houve contaminação do solo e água subterrânea, sobretudo porque as sondagens não contemplaram as áreas de lavagem de veículos e não foi indicado se a amostragem contemplou a área do derramamento de óleo, que eram as principais áreas a serem investigadas. Ademais, como as sondagens não atingiram nível freático, pois as sondagens tiveram seu limite de perfuração de 8 metros, não se pode afirmar que a área está livre de contaminações e danos ambientais.





Quanto ao esclarecimento de descumprimento da determinação contida na Deliberação Normativa COPAM 50/2001, pode-se verificar que, em consulta aos documentos disponíveis no processo 01744/2004/001/2004 do empreendimento POSTO NOVO RIO LTDA e na Avaliação Ambiental Complementar, verificamos que o empreendimento possuía classe 2 ABNT (fl. 118). Considerando que o mesmo possui classe COPAM 3, informação que consta no Parecer Técnico NUCOM: 803/2005, (fl. 37) o prazo que trata a DN COPAM 108/2007 para esses parâmetros é de 18 meses a partir de 24 de maio de 2007. Considerando o exposto, o posto teria o prazo máximo para se regularizar até 24 de Novembro de 2008. Em consulta ao SIAM - Sistema Integrado de Informação Ambiental pode-se verificar no processo de número 03410/2001/001/2001 que o Posto Novo Rio Ltda formalizou 29/07/2009 e obteve concessão de licença de operação em caráter corretivo (LOC) em 05/04/2010, válida até 05/04/2016. Logo, o empreendimento não cumpriu com o prazo estabelecido na DN.

Ademais embora os itens V e IX do parágrafo 2º, Artigo 3º Deliberação Normativa COPAM 50/2001, relacionados as irregularidades constatadas no AI, tivessem sido revogados pela DN COPAM 108/2007, as medidas de controle ambiental previstas nesses itens foram também previstas no Anexo 4 da DN COPAM 108/2007, sendo a obrigatoriedade de fazê-las de acordo com o prazo de regularização do empreendimento.

### 3- Conclusão

Diante dos argumentos apresentados neste relatório considera-se que a constatação visual do derramamento de diesel em área não impermeabilizada identificada por agente fiscal do órgão ambiental no ato da vistoria constitui prova técnica da poluição ou degradação ambiental.

Segundo o empreendedor houve ações imediatas de remoção da substância contaminante quando constatado o derramamento de óleo diesel como afirmado na defesa, o que de fato podem ser medidas válidas e eficazes para impedir a contaminação do solo e água subterrânea em alguns casos, o que demonstra que foram tomadas medidas no intuito de corrigir os danos causados. Porém como supracitado na investigação ambiental apresentada, não foram feitas sondagens contemplando as áreas afetadas, nos impedindo de afirmar que as medidas foram efetivas para evitar a contaminação do solo e água subterrânea.





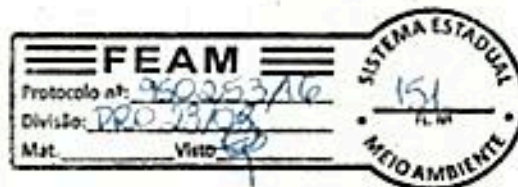
De acordo com o novo prazo e procedimentos para a obtenção e/ou renovação da Licença de Operação ou AAF estabelecido pela DN COPAM 108/2007, o Posto Novo Rio Ltda não se regularizou tempestivamente, descumprindo o prazo da referida DN.

Belo Horizonte, 27 de dezembro de 2013

Luiz Otávio Martins Cruz  
Gerente de Áreas Contaminadas

**feam**

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE



**Autuado:** Posto Novo Rio Ltda.

**Processo:** 01744/2004/001/2004

**Referência:** Recurso relativo ao Auto de Infração nº 1829/2004, infrações grave e gravíssimas, porte médio.

**Situação:**

### **PARECER JURÍDICO**

#### **1) RELATÓRIO**

A sociedade empresária em epígrafe foi autuada como incurso no artigo 19, §2º, item 4 e §3º, itens 2 e 6, do Decreto nº 39.424/98, pela constatação das seguintes irregularidades:

- "- Emitir ou lançar efluentes líquidos causadores de degradação. Anexo item 10, do Relatório de Vistoria nº 007846;*
- Descumprir determinação contida na Deliberação Normativa COPAM nº 050/2001 no art. 3º, §2º, item V e IX, com dano ambiental;*
- Causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats, uma vez que foi constatado em vistoria um derramamento de óleo diesel em área não impermeabilizada."*

A Recorrente apresentou defesa tempestiva, tendo sido aplicadas as seguintes penalidades: multa simples, pelo Presidente da FEAM, no valor de R\$ 7.449,76 (sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos) pela infração do artigo 19, §2º, item 4, do Decreto nº 39.424/98; multa simples de R\$ 26.603,56 (vinte e seis mil, seiscientos e três reais e cinquenta e seis centavos) pela CIF de 03/09/07, pela infração do artigo 19, §3º, item 2, do Decreto nº



39.424/98, com recomendação de suspensão de atividades. Foi descaracterizada a infração do artigo 19, §3º, 6, do Decreto nº 39.424/98 (causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats).

Regularmente notificada em 01/10/2007, AR de fls. 49, por meio do OF/COPAM/DMFA/FEAM/SISEMA Nº 1204/07, a Autuada apresentou tempestivamente Pedido de Reconsideração em 15/10/2007, que foi indeferido, conforme decisões de fls. 80 e 86, reduzindo-se, no entanto, o valor da multa aplicada pelo cometimento de infração gravíssima para R\$20.001,00 (vinte mil e um reais), em face do disposto no artigo 96, do Decreto nº 44.844/2008.

Notificada das decisões por meio do Ofício nº 710/2011/GAB/SISEMA em 01/08/2011, AR de fls. 96, a Autuada apresentou o presente recurso, tempestivamente, em 18/08/2011, no qual alegou, em síntese, que:

- não foi intimada para a realização da audiência de julgamento do processo, tampouco dos pedidos de prova e apresentação de alegações finais, consoante determina a Lei Estadual nº 14.184/2002, de modo que teria havido cerceamento ao exercício da ampla defesa e contraditório;
- seriam aplicáveis as regras da Deliberação Normativa COPAM nº 108/2007, publicada posteriormente, que estabeleceu novos prazos para adequação de empreendimentos que ainda não tivessem sido regularizados;
- não teria sido constatada a degradação ambiental, de modo que não se configurou o cometimento da infração gravíssima e, assim, seria inválido o auto de infração;
- teria havido *bis in idem*, uma vez que a Recorrente foi autuada em três tipos infracionais em decorrência do cometimento de uma conduta;



- as multas seriam infundadas, já que não teria ocorrido o dano ambiental e, assim, seria de natureza grave a infração, cujo valor, para empreendimento de médio porte, seria de R\$ 10.001,00;

- deveriam ter sido aplicadas as atenuantes do artigo 68, I, "a", "c" e "e", do Decreto nº 44.844/2008, já que a Recorrente obteve a LO, não foi constatado o dano/degradação e que se dispõe a realizar reuniões e medidas de mitigação dos impactos decorrentes de sua atividade.

Cogitou a Recorrente de firmar TAC, na forma do artigo 49, §2º, do Decreto nº 44.844/2008.

Requeru seja cancelada a decisão e/ou declarados nulos os atos viciados e subsequentes, convertendo-se em diligência o julgamento do recurso para que a Recorrente tenha direito de produzir provas e ser intimada dos atos do processo. Requeru, ainda, prazo para apresentação de complementação ao recurso, já que não foram deferidas vistas requisitadas desde 04/08/2011. Caso seja mantido o auto de infração, requereu sejam aplicadas as atenuantes e reduzida a multa em 50%, caso formalizado TAC com esse fim.

É o breve relatório.

## **II) FUNDAMENTAÇÃO**

Os argumentos trazidos no recurso não são hábeis a nulificar o auto de infração. Senão vejamos.

Alegou a Recorrente que não teria sido intimada para a realização da audiência de julgamento do processo, tampouco para apresentação dos pedidos de prova e alegações finais, consoante disposto na Lei Estadual nº 14.184/2002, de modo que teria havido, a seu entender, cerceamento ao exercício da ampla defesa e contraditório. Entretanto, tal alegação não encontra amparo na referida lei, que estabelece, no artigo 40, a obrigatoriedade de se intimar dos atos do processo que



resultarem em imposição de dever, ônus, sanção ou restrição ao exercício do direito e atividade, nos seguintes termos:

Art. 40 - Serão objeto de intimação os atos do processo que resultarem em imposição de dever, ônus, sanção ou restrição ao exercício de direito e atividade, bem como restrição de outra natureza.

Ora, a Recorrente foi devidamente intimada das decisões proferidas nos autos e das penalidades impostas por meio do Ofício COPAM/DMFA/FEAM/SISEMA nº 1204/2007, AR de fls. 49 e Ofício nº 710/2011/GAB/SISEMA, Aviso de Recebimento de fls. 96. Quanto à “audiência de julgamento do processo” mencionada pela Recorrente, para a qual não teria sido intimada, informo que, em conformidade com o disposto nos artigos 33 e seguintes do Decreto nº 44.844/2008, há o julgamento da defesa pela autoridade competente e o recurso, dirigido e julgado pela CNR do COPAM. Nas fases do processo em que são realizadas reuniões para julgamento de defesa e recurso, há intimação do autuado por meio de publicação no Diário Oficial da data da sessão e por meio do sítio eletrônico do órgão ambiental, de modo que não são procedentes os argumentos da Recorrente acerca do cerceamento ao direito de ampla defesa e contraditório.

Sustentou a Recorrente que seriam aplicáveis ao caso em análise as regras da Deliberação Normativa COPAM nº 108/2007, que estabeleceu novos prazos para adequação de empreendimentos que ainda não tivessem sido regularizados. Razão não lhe assiste, no entanto. Verifico que o auto de infração nº 1829/2004 foi lavrado com fundamento no artigo 19, §2º, item 4 e §3º, item, do Decreto nº 39.424/98, pelo descumprimento de determinação contida na Deliberação Normativa COPAM nº 50/2001, artigo 3º, §2º, V e IX, abaixo transcrito:

Art. 3º - Caso a etapa prevista para a obtenção de Licença Prévia ou Licença de Instalação esteja vencida, a mesma não será expedida, não desobrigando o interessado da apresentação ao COPAM das informações cabíveis, para a obtenção da Licença de Operação.



§2º - Além da apresentação dos documentos exigidos pelo parágrafo anterior, os empreendimentos a que se refere este artigo deverão cumprir, para a obtenção da Licença de Operação, as seguintes medidas de controle ambiental, nos prazos respectivos, contados a partir da publicação desta Deliberação Normativa:



V - Instalar Caixa Separadora de Água e óleo - SAO na area de lavagem de veiculos, troca de óleo - 8 (oto) meses;  
IX - concretar pista cujo SASC estâques com menos de 10 anos de instalação possuem piso de paralelepípedo, de asfalto, etc. 60 (sessenta) dias;

A Deliberação Normativa COPAM nº 108/2007, que alterou a DN 50/2001, concedeu novos prazos para os empreendimentos convocados que ainda não tivessem se regularizado quando de sua publicação, conforme estabelecido no Anexo 4. Contudo, tais dispositivos da deliberação revogadora não alcançam a Recorrente, em virtude do princípio do *tempus regit actum*, segundo o qual a lei a ser aplicada é aquela em vigor quando da ocorrência do fato, ou seja, devem permanecer intatos os atos praticados durante sua validade. Assim, devem incidir na hipótese vertente os dispositivos da Deliberação Normativa COPAM nº 50/2001. Ressalto, ainda, que nosso sistema jurídico adotou o princípio da irretroatividade da norma legal, de modo que as disposições trazidas pela DN COPAM nº 108/2007 não atingem os atos jurídicos constituídos na forma da DN COPAM nº 50/2001.

E ainda que fossem aplicáveis ao caso os dispositivos da Deliberação Normativa COPAM nº 108/2007, esclareceu o Parecer Técnico GERAC nº 43/2013, fls. 150, que a Recorrente não teria cumprido os prazos daquela DN: *"Considerando que o mesmo possui classe COPAM 3, informação que consta no Parecer Técnico NUCOM 803/2005, (fl. 37) o prazo que trata a DN COPAM nº 108/2007 para esses parâmetros é de 18 meses a partir de 24 de maio de 2007. Considerando o exposto, o posto teria o prazo máximo para se regularizar até 24 de novembro de 2008. Em consulta ao SIAM - Sistema Integrado de Informação Ambiental pode-se verificar no processo de número 03410/2001/001/2001 que o Posto Novo Rio Ltda. formalizou em 29/07/2009 e*



*obteve concessão de licença de operação em caráter corretivo (LOC) em 05/04/2010, válida até 05/04/2016. Logo, o empreendimento não cumpriu com o prazo estabelecido na DN."*

Afirmou a Recorrente que não teria sido comprovada a ocorrência da degradação ambiental, o que acarretaria a nulificação do auto de infração. Entretanto, conforme consta do Relatório de Vistoria nº 7846/2004, foi constatado o **derramamento de óleo diesel próximo à área de descarga, em solo não impermeabilizado, o que já constitui o dano ambiental.** Nesse sentido, reforça o Parecer Técnico GERAC nº43/2013: *"Considera-se que a constatação visual do derramamento de diesel em área não impermeabilizada identificada por agente fiscal do órgão ambiental no ato da vistoria constitui prova técnica da poluição ou degradação ambiental."*

Ademais, competia à própria Recorrente evidenciar a inoccorrência de poluição/degradação e a não lesividade de sua conduta, em decorrência da inversão do ônus da prova em matéria ambiental e, tendo em vista as conclusões do Relatório Técnico da GERAC acima referenciado, não logrou êxito a Recorrente em tal intuito. É esse o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, em virtude do princípio da precaução, expresso nos julgados abaixo transcritos:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. USINA HIDRELÉTRICA. CONSTRUÇÃO. PRODUÇÃO PESQUEIRA. REDUÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO INCONTESTE. NEXO CAUSAL. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO. PRECEDENTES. INOVAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A Lei nº 6.938/1981 adotou a sistemática da responsabilidade objetiva, que foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, de sorte que é irrelevante, na espécie, a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de reparação do dano causado, que, no caso, é inconteste.





2. O princípio da precaução, aplicável à hipótese, pressupõe a inversão do ônus probatório, transferindo para a concessionária o encargo de provar que sua conduta não ensejou riscos para o meio ambiente e, por consequência, para os pescadores da região.

3. Não há inovação em recurso especial se, ainda que sucintamente, a matéria foi debatida no tribunal de origem.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg. No AREsp 183202/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Boas Cueva, Terceira Turma, julg. 10/11/2015, DJe 13/11/2015)

**DANO. MEIO AMBIENTE. PROVA. INVERSÃO.**

Constatada a relação interdisciplinar entre as normas de proteção ao consumidor e as de defesa dos direitos coletivos nas ações civis por danos ambientais, o caráter público e coletivo do bem jurídico tutelado (e não a hipossuficiência do autor da demanda em relação ao réu) impõe a extensão de algumas regras de proteção dos direitos do consumidor ao autor daquela ação, pois ao final busca-se resguardar (e muitas vezes reparar) patrimônio público de uso coletivo. Dessa forma, a aplicação do princípio da precaução pressupõe a inversão do ônus probatório: compete a quem se imputa a pecha de ser, supostamente, o promotor do dano ambiental a comprovação de que não o causou ou de que não é potencialmente lesiva a substância lançada no ambiente. Por ser coerente com essa posição, é direito subjetivo do infrator a realização de perícia para comprovar a ineficácia poluente de sua conduta, não se mostrando suficientes para tornar essa prova prescindível simples informações obtidas em site da Internet. A perícia é sempre necessária quando a prova do fato depender de conhecimento técnico e se recomenda ainda mais na seara ambiental, visto a complexidade do bioma. Precedente citado: REsp 1.049.822-RS, DJe 18/5/2009. REsp 1.060.753-SP, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 1º/12/2009.

Também deve ser afastada a afirmação de ocorrência de *bis in idem*, já que a infração prevista no artigo 19, §3º, item 6 foi descaracterizada, por já estar abarcada no tipo infracional do artigo art. 19, 3º, 4, do Decreto nº 39.424/98. Já a infração prevista no artigo 19, §3º, 2, do referido decreto é relativa ao descumprimento das regras da Deliberação Normativa COPAM nº 50/2001 e respeita não ao fato do derramamento, mas à inexistência de caixa separadora de água e óleo na área de lavagem de veículos e de piso concretado na pista de abastecimento.



Finalmente, não são aplicáveis as atenuantes previstas no artigo 68, I, "a", "c" e "e", do Decreto nº 44.844/2008, já que não é possível afirmar que as medidas foram efetivas para se evitar a contaminação do solo e água subterrânea, consoante Relatório Técnico, fls. 150. Além disso, não se configuraram no caso em apreço as demais circunstâncias que possibilitariam a aplicação das atenuantes pretendidas, ou seja, menor gravidade dos fatos, tendo em vista motivos e conseqüências para a saúde pública e meio ambiente e colaboração do infrator com os órgãos ambientais. Com a devida vênia, o fato de a Recorrente ter obtido a Licença de Operação não demonstra sua colaboração com o órgão ambiental, mas tão somente o cumprimento do disposto na legislação em vigor, notadamente do artigo 16, da Lei nº 21972/2016, que revogou o artigo 8º, da Lei nº 7772/1980.<sup>2</sup>

Quanto ao pedido de assinatura de termo de ajustamento de conduta, com fundamento no artigo 49, §2º, do Decreto nº 44.844/2008, não será atendido, em virtude de ter sido formulado na fase recursal. Esse é o entendimento da Procuradoria da FEAM, expresso em nota jurídica de 30/09/2010, cujo trecho transcrevo, oportunamente:

*"Art. 49 – As multas poderão ter a sua exigibilidade suspensa nos seguintes casos:*

*III – assinatura do termo de ajustamento de conduta, quando houver aplicação de penalidade de multa, exclusivamente ou cumulada com penalidades distintas das de suspensão ou embargo.*

*A expressão "assinatura do termo" não pode ser confundida com o ato de firmar o documento e sim a manifestação do interesse de se beneficiar da medida no momento de aplicação da penalidade e esta fase é exatamente a da defesa. Não havendo manifestação no momento da aplicação da penalidade, haverá preclusão. Assim, na fase de recurso não pode haver o requerimento do autuado para concessão do benefício por se tratar de um decisório definitivo quando o processo é encerrado na fase administrativa. Essa interpretação não deixa dúvida quando se lê o texto da norma:*

*(...)§3º - O termo de ajustamento de conduta a que se referem os incisos I, II e III deverá ser firmado no mesmo prazo previsto para o recolhimento da multa.*

*Este é o momento para se concretizar o desejo do interessado de obter o benefício pleiteado, ou seja, na fase de defesa. É certo, no entanto, que o instrumento a ser firmado precisa estar pronto com todas as cláusulas*



*avencadas pelas partes, pois não haveria tempo hábil de tais providências no prazo de 20 dias contados do recebimento da notificação da decisão que ternou a multa definitiva, devendo no tempo fixado para o pagamento constar o chamamento para o autuado firmar o TAC."*



Por conseguinte, considerando que as alegações trazidas na peça recursal não são capazes de descaracterizar as infrações previstas no artigo 19, §2º, 4 e §3º, 2, do Decreto nº 39.424/98, recomenda-se o indeferimento do presente Recurso e, consequentemente, a manutenção das penalidades de multa impostas.

### **III) CONCLUSÃO**

Ante todo o exposto, considerando que não foram apresentados argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida, remeto os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM e sugiro o **indeferimento do recurso interposto e a manutenção da penalidade de multa.**

É o parecer.

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2016.

***Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda***

***Procuradoria da FEAM***

***Analista Ambiental – MASP 1059325-9***